

## **A (DES)ORGANIZAÇÃO DA CIDADE SOB O “MODO DE SER” *JUST IN TIME* DO TRABALHO**

*Maria Ribeiro do VALLE<sup>1</sup>*

Em seu livro, *Fabrialização da Cidade e Ideologia da Circulação*, Terezinha Ferrari constata que a economia mundializada, ao ultrapassar o processo de produção dos limites físicos das unidades fabris produtivas, dá lugar a uma organização e a “um modo de ser” *just in time* do trabalho. Esta configuração do movimento do capital na atualidade incide na logística de reestruturação de espaços urbanos devido à necessidade de transformação das fábricas em “espaços enxutos de produção” que, ao visar apenas a produção de mais valor, exporta as atividades excedentes para os territórios econômicos – como as cidades e as vias e meios de transporte – e os custos da circulação para a administração pública e para os trabalhadores que também passam a ser “promovidos” a controladores de tempos e espaços de produção.

Há, assim, segundo Ferrari, uma subordinação cada vez mais acentuada dos trabalhadores ligados ao processo produtivo a estar no lugar certo, na hora certa, conformados por critérios de sucesso, de empregabilidade e de eficácia. Ditames que dependem de uma “cooperação” cada vez maior e mais complexa entre os trabalhadores e as esferas produtivas que estão agora dispersas por diversos locais, territórios e continentes. Emerge daí uma antropologia que apenas considera aqueles que são “cidadãos-empresendedores” uma vez que eles são a manifestação naturalizada do avanço tecnológico. Enquanto na organização fordista o trabalhador ideal era aquele que apenas executava tarefas repetitivas e mecânicas, politicamente radical, irascível e grevista, agora, o controle do capital se consolida por meio do alardeado ideal de cidadania e empreendedorismo pautado na idealização de um trabalhador criativo e integrante de uma política consensual. A ameaça do desemprego aumenta o grau de cooperação do trabalho social alienado, embora, como no fordismo, os trabalhadores permaneçam como apêndices de máquinas. Esta característica acentua-se com o ritmo imposto agora pela sociedade informacional.

Ferrari, para delimitar o que é específico do *just in time*, retoma as características do padrão fordista, mostrando que, apesar das nuances entre esses dois momentos da produção capitalista, observa-se ainda uma forte sobreposição entre eles. Há,

---

<sup>1</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-001 – maria.ribeiro.valle@uol.com.br

contudo, uma remodelação da espacialidade e da temporalidade urbanas que acaba por transferir para a sociedade como um todo, ou seja, para a população e o poder público, os custos dos transportes de mercadorias, continuamente em trânsito, devido aos fluxos da produção *just in time* que trazem graves conseqüências ambientais e o comprometimento da qualidade de vida. Esse processo, segundo a análise aqui proposta, garante a forma de reprodução do capital pautada tanto na socialização dos ônus, problemas e crises, como na privatização dos lucros resultante das imposições do mercado, agora informatizado.

As cidades “reais” continuam abrigando os fluxos efetivos de trabalhadores que, devido à permanência da determinação de classes, ainda se ocupam da fabricação das mercadorias e de seu transporte físico até o local de consumo, apesar da informatização dos pedidos e da eficácia da sua entrega. A fábrica enxuta transfere seus custos para fora de seus limites, ao apropriar-se de espaços urbanos, regionais e mundiais, transformando-os em territórios econômicos através de técnicas de processamento de informações.

Chegamos aqui a uma das mais contundentes críticas feitas por Ferrari aos autores que ao pautarem-se na análise de uma “sociedade em rede”, deixam de admitir a existência de choques entre a virtualidade das redes e a ordem material das coisas – (a fábrica enxuta). Sob o invólucro da “reestruturação produtiva”, o controle do trabalho social pelo capital acaba sendo camuflado pelas interpretações que desconsideram a complexidade e a diversidade que esse processo adquire, não apenas em diferentes regiões do mundo, como também nas particularidades que apresentam no Brasil. A industrialização brasileira, desde o seu início, é resultante do movimento de acumulação nos países centrais imperialistas, caracterizando-se por uma produção fordizada sem os benefícios dos processos clássicos de industrialização – sindicatos de massa, independentes e autônomos, Estados provedores de benefícios sociais e níveis mais elevados de consumo. A partir desse diagnóstico, esta obra traça um paralelo entre os processos internacionais de reestruturação da produção, como os da França, Inglaterra e Estados Unidos e o do Brasil, mostrando que os centros difusores de conhecimento de ponta – os tecnopólos – dos três primeiros são viabilizados pela contínua proteção estatal e investimentos de capitais imperialistas, fatores inexistentes no caso brasileiro tomado como um todo. O capital financeiro mundial com o seu lema de “plena liberdade operacional” mantém, por suas peculiaridades, a concentração monopólica ao restringir seus investimentos em algumas regiões ou áreas determinadas de alguns países, como é emblemático o ABC Paulista. Dessa forma, os contingentes de desempregados produzidos pela “reestruturação produtiva” são bem mais elevados tanto nos países periféricos como na periferia dos países pobres.

As “reestruturações produtivas” incidem diretamente também no desmonte do Estado e da produção fordizada, propiciando uma significativa eclosão de organizações burocráticas “neogovernamentais” – o chamado terceiro setor – que viriam pretensamente suprir as deficiências, tanto do setor público ineficiente e corrupto quanto do setor privado, ganancioso e corruptor. Está em pauta a “nova governabilidade” (*governance*) que deve ser exercida, agora, pelos **cidadãos empreendedores com responsabilidade social**, desconsiderando, segundo a análise da autora, a complexidade da luta de classes e a sua base material – a esfera da produção – através da criação de mitos de conquistas democráticas como os do “trabalho solidário e voluntário”. Ferrari tece, assim, uma crítica contundente aos Novos Movimentos Sociais que ao se restringirem à luta pela igualdade dos direitos civis e pela igualdade de oportunidades, contribuem eficazmente para a manutenção da esfera da produção capitalista que permanece inatacável e nutrido-se do fluxo da mais valia.

As instituições do Estado, os partidos políticos, os sindicatos, a academia, a escola, as igrejas, as ações neogovernamentais, no olhar de Ferrari, continuam a contribuir eficazmente para a inversão do trabalho social em valorização do capital, processo que, como já advertia Marx, transforma os trabalhadores em apêndices de máquinas e, mais recentemente, em “apêndices materiais de fluxos de mercadorias e informações” (FERRARI, 2005, p.109). Estas instituições caminham na direção oposta à da construção do humano autônomo, legitimando a política-institucional do mercado capitalista.

Ferrari afirma, então, que a **Paidéia cidadã** não-fordista, além de manter as contradições ideológicas inerentes à **Paidéia fordiana** (que pressupunha comportamentos adequados dos trabalhadores em suas atividades produtivas), acentua essas mesmas contradições, levando à interiorização, pelos indivíduos, de valores adequados ao capital vinte e quatro horas por dia, e não apenas durante a jornada de trabalho no interior das unidades produtivas. Esse movimento incide em uma maior integração dos operários no Estado capitalista, em detrimento de suas lutas e reivindicações. Corrobora-se, assim, uma **naturalização** das necessidades do capital financeiro hegemônico que, por sua vez, camufla o funcionamento do mercado (lugar privilegiado da reprodução do capital) e, portanto, da expressão das classes sociais. (FERRARI, 2005, p.110-114).

As análises de Ferrari defendem que a logística do *just in time* está longe de suprimir a esfera da produção, na contramão daquelas teorias que, ao focar apenas a circulação e a distribuição, escamoteiam o processo de valorização e expropriação do trabalho alheio inerente ao capital, apresentando o próprio capital, a informação ou um suposto trabalho imaterial como fonte do valor. A autora revigora, assim, a pertinência da teoria do valor em Marx, pautada na esfera do trabalho e da produção

direta ao contrário dos autores que afirmam a sua inadequação para a análise do modo de produção capitalista, a partir do século XX. Para Ferrari, o processo de valorização do capital tem, como única fonte, a apropriação de mais-valia gerada no tempo de produção. Ou seja, a imbricação entre a diminuição do tempo de trabalho necessário e o aumento das horas de trabalhos apropriadas pelo capitalista continua, hoje, sendo a responsável pela produção do valor de troca. A logística do *just in time* deve ser considerada, então, não como a abolição do modo de produção capitalista, mas como a sua agravante na medida que passa a incidir não apenas sobre os locais singulares e jornadas regulares de trabalho, mas estende-se para todos os tempos e espaços ampliados, imprimindo uma velocidade inusitada tanto na esfera da produção, quanto na da circulação. Assim, coloca em xeque as teorias vigentes, sejam elas acadêmicas ou empresariais, que atribuem importância quase exclusiva à esfera da circulação para a valorização do capital, encobrendo o fato de que esta é a esfera da mais-valia já produzida (FERRARI, 2005, p.169). Segundo Ferrari, a “ideologia da circulação”, ao definir a circulação como a etapa criadora de valor por excelência, tem como resultado a concepção do “fim do trabalho” enquanto criador de valor. Rechaçando esse ideário fundamentado na logística do *just in time*, a autora de *Fabrilização da Cidade e Ideologia da Circulação* conclui:

A presumida racionalização viabilizada pela base tecnológica e o aumento da produtividade do trabalho, que tem significado sistemática expulsão de atividades do interior das unidades produtivas ocasionando desemprego imediato, não é sinal de crise terminal do capitalismo, fim da sociedade do trabalho ou a possibilidade de constituir-se, como apregoa o discurso liberal contemporâneo, um sistema justo, democrático, igualitário, no qual todos pudessem ser proprietários. O sistema organizado e controlado pelas relações impostas pelo capital está em pleno auge e tem significado maior possibilidade, intensidade e liberdade de exploração da força de trabalho. Exploração de maior número de trabalhadores produzindo mais-valia e, portanto, ampliação de proletários ao redor do mundo. Proletariado mundial trabalhando simultaneamente, organizado juridicamente sob qualquer forma aceita pelo mercado, inclusive assalariada, permitindo que meios de produção sejam utilizados maciçamente e a custos baixíssimos. Em última instância, este processo tem significado economia de tempo e de espaço para o capital. Economia proporcionada pelo trabalho de muitos, espalhados geograficamente, mas conectados **on-line** por vastos territórios urbanos. Trabalho cooperado submetido a planos elaborados para manter os processos produtivos conexos em níveis local, regional ou mundial. A dinâmica do processo de valorização baseada nesta socialização do trabalho materializou os meios técnicos (a informática e a teleinformática) para que milhões possam ser conectados sincronicamente (no presumido e mítico **tempo real**). Sob o capital, a força produtiva adicional

criada por esta sincronização, e por ele apropriada gratuitamente, gera maiores quantidades de valor, reduzindo tempo de trabalho necessário social. Indivíduos, sem a perspectiva de emprego convencional, buscam empreendimentos como forma de geração de renda e conexão aos fluxos de mercado. Responsabilizados pela reprodução de sua força de trabalho em níveis cada vez mais estreitos, transferem mais-valia aos capitalistas de formas historicamente diferenciadas.

[...]

O que escapa a ideologia liberal em vigor e a boa parte da produção acadêmica atual é que o modo de produzir capitalista é unidade da produção e da circulação. Trabalhadores livres buscarem empreendimentos próprios, apenas reconfigura as formas de apropriação de tempo de trabalho excedente estando longe de abolir a esfera da produção ou definir papel privilegiado à circulação. (FERRARI, 2005, p.184-185, grifo do autor).

FERRARI, T. **Fabrilização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Terceira Margem, 2005. 205 p.